



**PAUTA
PARA A 73ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 04 DE JUNHO DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 370, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla.

2 - Projeto de lei nº 371, de 2012, de autoria do deputado Jooji Hato. Institui o Programa Academias Populares no Estado.

3 - Projeto de lei nº 372, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com clínicas particulares, associações comunitárias, igrejas, organizações não-governamentais e entidades que prestam atendimento e tratamento de dependentes químicos (drogas ilícitas) e álcool.

4 - Projeto de lei nº 373, de 2012, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Helio Cruz Pimentel" ao trevo situado no km 258 da Rodovia João Melão - SP 255, em Avaré.

5 - Projeto de lei nº 374, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Institui a "Semana Estadual de Conscientização da Cardiopatia Congênita" no Estado.

6 - Projeto de lei nº 375, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Prof. Nelson Zanotti" à unidade da Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC em Santo André.

7 - Projeto de lei nº 376, de 2012, de autoria do deputado Beto Tricoli. Declara de utilidade pública a "Casa do Pequeno Trabalhador", em Atibaia.

8 - Projeto de lei nº 377, de 2012, de autoria do deputado Fernando Capez. Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de animais em hospitais ou clínicas veterinárias da rede privada no Estado.

9 - Projeto de lei nº 378, de 2012, de autoria do deputado Carlos Grana. Dispõe sobre o acesso gratuito à internet sem fio nos locais que especifica.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 362, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, o imóvel que especifica.

2 - Projeto de lei nº 363, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Autoriza o Poder Executivo a criar junto à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado o serviço de recâmbio internacional de crianças, adolescentes e jovens estrangeiros, sob medida de proteção judicial.

3 - Projeto de lei nº 364, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado visando incluir as Santas Casas de Misericórdia do Estado, como beneficiárias do programa.

4 - Projeto de lei nº 365, de 2012, de autoria do deputado Rui Falcão. Estabelece a política consumerista de prestação de serviço de Abastecimento de Água e Esgoto no Estado.

5 - Projeto de lei nº 366, de 2012, de autoria do deputado Sebastião Santos. Torna obrigatória a divulgação de fotos e dados de crianças desaparecidas nas contas de água de todo o Estado.

6 - Projeto de lei nº 367, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dispõe sobre a implantação do Programa "Terapia da Rede" em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal na rede pública de saúde.

7 - Projeto de lei nº 368, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o Programa "Aluno Voluntário" nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

8 - Projeto de lei nº 369, de 2012, de autoria do deputado Roberto Engler. Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 359, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Proíbe a cobrança pelo estacionamento de veículos de pacientes e acompanhantes nos estabelecimentos de saúde estaduais, ainda que administrados por terceiros.

2 - Projeto de lei nº 360, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre a concessão de período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa de estacionamento aos veículos automotores utilizados por pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos e gestantes.

3 - Projeto de lei nº 361, de 2012, de autoria dos deputados Luiz Moura e Simão Pedro. Declara de utilidade pública a associação "Os Independentes", em Barretos.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2012, de autoria dos deputados Pedro Bigardi e Leci Brandão. Revoga o inciso III do artigo 149, da Lei Complementar nº 180, de 1978, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal.

2 - Projeto de lei nº 355, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado.

3 - Projeto de lei nº 356, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Institui campanha permanente de conscientização do uso adequado dos serviços de emergência no Estado.

4 - Projeto de lei nº 357, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Institui campanha permanente de esclarecimento sobre os sintomas do descolamento de retina.

5 - Projeto de lei nº 358, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a Equoterapia como método terapêutico de tratamento para habilitação e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, na rede pública de saúde, e

política de educação inclusiva no ensino e aprendizagem na rede pública de educação.

6 - Moção nº 44, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação 2011-2020, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 352, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Engenheiro Wlastermiler de Senço" ao túnel (TD 01) localizado no km 45,600 da Via Anchieta - SP 150, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 353, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Casa de Apoio Nosso Canto", em Braúna.

3 - Projeto de lei nº 354, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Dr. Newton da Costa Brandão" à unidade do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), de Santo André.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 312, de 2011, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Estação Prefeito Walderi Braz Paschoalin" à Estação de Trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em Jandira.

2 - Projeto de lei nº 823, de 2011, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Vereador Geraldo Barbosa" ao trevo situado entre a Rodovia Pedro Astenori Marigliani - SP 008 e a Rodovia José Vicente Lomonico, em Socorro.

3 - Projeto de lei nº 993, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Rodolfo Ribeiro de Castro" ao trecho compreendido entre o km 122,00+ 370m e o km 150,00 + 188m da Rodovia SP 421, que vai da divisa dos municípios de Iepê e Nantes até a divisa com o Estado do Paraná.

4 - Projeto de lei nº 1069, de 2011, de autoria do deputado Enio Tatto. Dá a denominação de "Vereador Luis Carlos Romazzini" ao viaduto de acesso à Via Vereador Lydio Martins Correa, em Guarujá.

5 - Projeto de lei nº 1155, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Orlando Quaglio" ao dispositivo de acesso à Avenida Adib Chaib localizado no km 56+200 da SP147 Rodovia Monsenhor Clodoaldo de Paiva, em Mogi Mirim.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 32, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Propõe o arquivamento do Processo RGL 8144/2009 relativo a contrato celebrado entre o Centro de Detenção Provisória de Suzano e a empresa Chef Grill Refeições Express Ltda.

3ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 54, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no processo TC - 003723/026/00, que julgou irregulares os Termos de Aditamento Contratual nºs 992/01, de 2001, e 227/02, de 2002, de prorrogação de prazo, ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a L. Castelo Engenharia e Construções Ltda.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 83, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC- 010171/026/03, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos aditivos firmados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a empresa Transbraçal Prestação de Serviços, Indústria e Comércio Ltda.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 86, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-001335/026/06, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa ETEMP Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Revoga o Decreto Legislativo nº 1506, de 2009 (PDL nº 502, de 2005 - RGL 6129, de 2001), referente a contrato firmado entre a CETESB e a empresa Tecknocon Comércio e Serviços Técnicos Ltda -

Processo TC - 4206/026/99.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do Processo TC 010378/026/02 e considera regulares o Acompanhamento da execução do contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. e o Termo de Verificação e Aceitação Provisória .

6 - Projeto de decreto legislativo nº 7, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 1930/026/07, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública, por sua Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí, e o Auto Posto Marataí Ltda.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 26273/026/01, que julgou irregulares a licitação, o contrato e o termo de aditamento e de alteração, bem como ilegais os atos determinativos das despesas, relativos ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Etemp Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 14, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo TC - 4431/026/03, que julgou irregulares a concorrência, o contrato, os termos aditivos e a execução contratual celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU - e o Consórcio Tecnosul/Construtécnica.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-001179/02/05, que julgou irregulares o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Farmacêuticas - FUNDECIF - Araraquara e a VR Vales Ltda.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São paulo, no acordão referente ao Processo TC - 00042/009/08, que

julhou irregulares a tomada de preços e o respectivo contrato celebrado entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a empresa Tequim Engenharia Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 28, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Propõe o arquivamento do Processo RGL nº 620/2010 (TC 22287/026/06), referente ao contrato firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Lopes Kalil Engenharia e Comércio Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que julgou irregular, nos autos do processo nº TC 1531/026/07, o contrato celebrado entre a FDE - Fundação de Desenvolvimento da Educação e a empresa Almeida Sapata Engenharia e Construções.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 30, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-9438/026/2006, que julgou irregulares a Concorrência Pública, o Contrato e os Termos Aditivos, firmados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Profac Engenharia e Comércio Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 31, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC 4769/026/06, que julgou irregulares a dispensa de licitação e o decorrente contrato, celebrado entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 33, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 22141/026/04, que constatou irregularidades no contrato celebrado entre o Banco Nossa Caixa S/A e a Embiara Serviços Empresariais Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 34, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 07997/026/05, que constatou irregularidades na dispensa de licitação e no contrato celebrado entre a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - Secretaria da Educação e o IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 35, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 002004/026/07, que julgou irregulares a tomada de preços e o respectivo contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa JHD Construções e Comércio Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 36, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 001392/026/04, que julgou irregulares a licitação e os respectivos contrato e aditivo celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Embrasa - Empresa Brasileira de Obras e Serviços Ltda.